

# A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO “TERCEIRO SETOR”: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DA TERAPIA OCUPACIONAL EM MACEIÓ-AL<sup>1</sup>

**WALDEZ CAVALCANTE BEZERRA<sup>2</sup>**

**MARIA MARGARETH FERREIRA TAVARES<sup>3</sup>**

## **Resumo**

Trata-se de um estudo realizado entre os anos de 2007 e 2008 acerca da precarização do trabalho dos terapeutas ocupacionais inseridos no “terceiro setor” em Maceió-AL, originado a partir dos dados da pesquisa sobre o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional na contemporaneidade. Recorreu-se ao referencial teórico da perspectiva histórico-crítica, o qual possibilitou fazer uma análise reflexiva sobre o “terceiro setor”, bem como compreender a dinâmica de alguns dos fenômenos societários do capitalismo contemporâneo. Os dados foram analisados com o Software Microsoft Excel e a técnica de análise de conteúdo com especificação de frequências, sendo possível a identificação de um quadro geral de precarização do trabalho dos profissionais atuantes neste setor.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Condições de Trabalho. Terapia Ocupacional.

## **THE PRECARIZATION OF WORK IN THE “THIRD SECTOR”: A STUDY OF THE REALITY OF OCCUPATIONAL THERAPY IN MACEIÓ-AL**

### **ABSTRACT**

This article is about a study made over the precarization of work of the occupational therapists working in the “third sector” in the city of Maceió-AL, from the data of the research about occupational therapy’s marketplace in the contemporary, carried between 2007 and 2008 in the same city. The theoretical referential used was the

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10 de novembro de 2008. Aceito para publicação em 17 de janeiro de 2009.

Texto produzido a partir do estudo sobre o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional na contemporaneidade, realizado em Maceió-AL entre os anos de 2007 e 2008, pelos mesmos autores. A pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNCISAL.

<sup>2</sup> Concluinte em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). E-mail: [waldezto@yahoo.com.br](mailto:waldezto@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Terapeuta Ocupacional. Professora da Faculdade de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). E-mail: [margarethtavares@gmail.com](mailto:margarethtavares@gmail.com)

historical-critical perspective, which allowed to do a critical analysis of the “third sector”, as well as understand the dynamic of some social phenomenon of the contemporary capitalism. The data was analyzed with the Software Microsoft Excel and the Content Analysis technique with frequency specification, being possible to identify a general situation of precarization of work for the professionals acting in this sector.

**KEY-WORDS:** Third sector. Working conditions. Occupational Therapy.

## **APRESENTAÇÃO: O “TERCEIRO SETOR” NO CONTEXTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS**

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 o capitalismo monopolista começou a dar seus primeiros sinais de crise, depois de uma longa onda expansiva. Iniciou-se o desgaste do modelo de produção rígido de acumulação, cresceu o índice de desemprego, caíram as taxas de lucros, aumentou a inflação e as lutas sociais do trabalho passaram a reivindicar diretamente o controle social da produção. Diante desse quadro, o sistema não conseguiu dar respostas para contornar a crise que vinha tomando proporções globais (NETTO e BRAZ, 2007).

Como o capital incessantemente busca novas formas de reestruturação através de mecanismos que propiciem as condições necessárias à sua existência, a partir de então passou implementar um vasto processo de reestruturação, exigindo mudanças tanto na base produtiva quanto no âmbito das ações do Estado.

Particularmente no Brasil, esses processos começaram a ser implementados a partir da década de 1990 com a inserção passiva do país no paradigma da globalização e adoção do ideário neoliberal através das chamadas “Reformas do Estado”. Desde então, verificam-se transformações substantivas no mundo do trabalho (sempre levando à sua precarização) e nas intervenções

do Estado, que passou a assumir a postura neoliberal de minimização de suas ações na área social e econômica, de forma tal que afetou profundamente a realidade da classe trabalhadora (BEHRING, 2003a).

Inseridas na lógica neoliberal, as políticas sociais estatais, com vistas à redução dos gastos do Estado sob o falso argumento da crise fiscal, devem sofrer uma profunda reorientação política, tendo assumido a caracterização de focalizadas (opondo-se ao princípio da solidariedade universal, passando a ser dirigidas de forma segmentada aos indivíduos mais pauperizados), descentralizadas (sendo do nível municipal/local a responsabilidade de executar e financiar as políticas sociais, o que redundava evidentemente na impossibilidade para os municípios menores e mais pobres de desenvolverem políticas eficientes e de qualidade) e privatizadas (sendo transferidas para o mercado e vendidas ao consumidor como uma nova forma de apropriação de mais-valia, ou então repassadas para entidades da sociedade civil – “terceiro setor”). Todo esse processo acarreta numa precarização das políticas, sendo reduzidas em quantidade, qualidade e variabilidade, passando de “serviços estatais para pobres” a “pobres serviços estatais” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, MONTAÑO, 1999).

Nesse contexto, surge o chamado “terceiro setor”<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> O conceito de ‘terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, o que sinaliza clara ligação com os interesses de classe nas transformações necessárias à alta burguesia. Assim, o termo é constituído a partir de um recorte social em esferas: o Estado (‘primeiro setor’), o Mercado (‘segundo setor’) e a ‘Sociedade Civil’ (‘terceiro setor’). Recorte que “claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social” (MONTAÑO, 2007, p.53). Por compartilharmos dessa perspectiva de Montaña sobre a concepção de “terceiro setor”, todas as vezes que utilizarmos essa expressão, a mesma encontrar-se-á com aspas.

enquanto esfera composta de organizações ‘sem fins lucrativos’, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato; tratando-se de um amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, atuando no interesse público não-estatal (FERNANDES *apud* YASBEK, 1998; MONTAÑO, 2007). São as denominadas organizações sem fins lucrativos, não-governamentais, que envolvem um conjunto extremamente diversificado de instituições: ONG’s, instituições de caridade, entidades filantrópicas, ações solidárias e voluntárias, entre outras.

Diversos autores (AOYAMA, 2008; BONIFÁCIO, 2006; BEHRING, 2003b; CAVALCANTI, 2001; CAVICCHIOLI e GOMES, 2008; MONTAÑO, 2007) analisando o “terceiro setor” a partir de uma leitura crítica, numa perspectiva de totalidade e como fenômeno inserido nas atuais transformações societárias desencadeadas a partir do processo de reestruturação do capital, constataram o real fenômeno encoberto pelo discurso dominante e ideológico acerca do mesmo. Para esses autores, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais, sendo nada mais que a camuflagem da desresponsabilização do Estado e a auto-responsabilização dos sujeitos pelas respostas às suas necessidades. Configura-se como uma nova modalidade de encaminhamento às seqüelas da questão social, apoiando-se em valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua, representando um verdadeiro retrocesso diante das conquistas históricas da classe trabalhadora.

Entretanto, é válido salientar que essa desresponsabilização estatal não significa que o Estado não participa deste movimento de transformação da modalidade de intervenção na questão social, pois é ele

o subsidiário e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de ‘transferência’ da ação social para o “terceiro setor”. É o Estado que nos inunda de propaganda sobre Programas como ‘Amigos da Escola’, ‘Ano Internacional do Voluntariado’, é ainda o Estado quem desenvolve a legislação para facilitar a expansão do “terceiro setor”, que estabelece ‘parcerias’ repassando recursos públicos para entidades privadas (MONTAÑO, 2007).

Para BARRETO, *apud* BEHRING (2003b), o contrato de gestão para o financiamento estatal dessas instituições não assegura o compromisso do Estado para com as mesmas, visto que não existem compromissos de manutenção de financiamentos em termos jurídico-legais. A autora aponta a vulnerabilidade dessas instituições a diferentes grupos de interesse, uma vez que dependem de recursos externos para desempenharem seu trabalho, bem como a vulnerabilidade frente ao poder discriminatório do Executivo. Tais fatores podem levar a uma privatização ainda maior do Estado “na medida em que os recursos advindos do setor privado são injetados nessas entidades, abre-se brecha à ingerência dos interesses privados sobre a prestação de serviços. Essa possibilidade é inclusive agravada pela perspectiva da redução gradual dos recursos estatais, na proporção em que aumenta a participação do capital privado nas organizações” (BARRETO, *apud* BEHRING, 2003B: 110).

Portanto, a crítica aqui apresentada reside no fato de que a execução de ações estatais por instituições não-governamentais não se constitui como uma rede complementar de ações, conforme estabelecido pela Constituição, mas sim como a forma primeira de viabilizar o atendimento às necessidades sociais não contempladas no escopo estatal (BEHRING, 2003b).

É evidente que não podemos generalizar que todas as ações desenvolvidas por este setor sejam ruins, ou não dêem resultados positivos, independente desta discussão,

o que estamos defendendo é que o processo neoliberal implementado encobre a refuncionalização por qual passa o Estado e o desempenho de suas intervenções sociais.

A literatura dominante sobre o tema tem apontado o “terceiro setor” em expansão, como uma nova fonte de trabalho alternativa para o enfrentamento ao desemprego. Entretanto, MONTAÑO (2007) coloca que o mercado de trabalho aberto nesta esfera não compensa em nenhum aspecto a retração do mercado na órbita estatal (nem na quantidade de postos de trabalho, nem no tipo de vínculo empregatício, nem nas demandas).

Nesse sentido, sendo o Estado o organismo por excelência responsável pelas respostas às refrações da questão social através das políticas sociais, e que, no atual contexto neoliberal, tais políticas são substantivamente alteradas em suas orientações e funcionalidades, pode-se afirmar que a Terapia Ocupacional tende a sentir as repercussões desse processo no seu mercado/condições de trabalho, uma vez que o terapeuta ocupacional é um profissional cujo mercado de trabalho amplia-se ou retrai-se de acordo com as configurações das políticas sociais.

Diante dessa transferência das responsabilidades do Estado para tais instituições, amplia-se a demanda de diversas categorias profissionais, inclusive do terapeuta ocupacional, para atuação no âmbito do “terceiro setor”. No entanto, entendemos que ao se inserir nesses espaços, caracterizados pelas parcerias com o Estado, os profissionais intervêm num contexto de precarização das políticas sociais e com uma evidente precarização das condições de trabalho, o que reflete negativamente na qualidade dos serviços prestados.

Tal fato foi atestado em pesquisa realizada por BEZERRA (2008) sobre o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional em Maceió, AL, na contemporaneidade. Participaram 81,66% (49

profissionais) dos terapeutas ocupacionais atuantes no município no período estudado (2007-2008). A autora verificou que, na atual conjuntura, os profissionais inseridos no mercado de trabalho em Maceió vivenciam, no seu cotidiano profissional, um contexto permeado pela precarização das condições e relações de trabalho como reflexo das transformações societárias em curso.

Segundo a pesquisa (BEZERRA, 2008), essa precarização materializa-se pela expansão do “terceiro setor” enquanto espaço sócio-ocupacional de trabalho do terapeuta ocupacional (44,89% dos profissionais da amostra possuíam pelo menos um vínculo empregatício neste setor), evidenciada pelo aviltamento dos salários, pelos vínculos empregatícios instáveis, pela carga horária de trabalho semanal excessiva, pela falta de recursos materiais e de estrutura física adequada para o exercício profissional, pela sobrecarga de trabalho, pelas pressões por produtividade e pela autonomia profissional limitada. Identificou, também, que todos esses aspectos têm interferido no atendimento às demandas profissionais, comprometendo o processo de trabalho e, fundamentalmente, os resultados da intervenção profissional; bem como têm gerado, na maioria dos profissionais, uma insatisfação, de modo que essa precarização do trabalho tem repercutido subjetividade pessoal, fragilizando as estratégias de mobilização da categoria profissional. É válido ainda ressaltar que os indicadores apresentados no referido estudo demonstraram que essa precarização do trabalho atinge mais fortemente os profissionais inseridos no mercado de trabalho aberto no “terceiro setor” (BEZERRA, 2008).

Dessa forma, investigar o mercado de trabalho da Terapia Ocupacional aberto no “terceiro setor” é de extrema relevância por permitir captar as requisições, competências e condições de trabalho postas ao terapeuta ocupacional atuante nessa esfera, exigindo que o mesmo esteja atento ao contexto atual para

responder de forma ética e qualificada às demandas emergentes no cotidiano da prática nessas instituições.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir dos dados levantados por BEZERRA (2008), percebeu-se a necessidade da realização de um recorte investigativo para apreender as particularidades dos profissionais inseridos somente no “terceiro setor”, tendo em vista que este absorve grande parte da força de trabalho dos profissionais da Terapia Ocupacional em Maceió, AL.

Assim, do total de 22 profissionais que atuam no “terceiro setor” no município, e que participaram da pesquisa de BEZERRA (2008), foi selecionada para a presente pesquisa a amostra de 63% (14 profissionais) referentes aos terapeutas atuantes unicamente nesta esfera. É relevante salientar que nessa amostra a grande maioria dos profissionais (71%) representa três das principais instituições empregadoras de terapeutas ocupacionais do “terceiro setor” da cidade.

O questionário utilizado na pesquisa de BEZERRA (2008) foi composto por questões fechadas e abertas que objetivaram investigar os aspectos relacionados às condições de trabalho dos sujeitos da pesquisa, tendo como variável primária as condições de trabalho (faixa salarial, vínculo empregatício, carga horária de trabalho, recursos materiais e humanos) e como variáveis secundárias a natureza da instituição, a satisfação profissional, as estratégias profissionais para o enfrentamento da precarização do trabalho, as respostas às demandas profissionais e a percepção dos sujeitos acerca das suas condições de trabalho.

Em um recorte específico aqui apresentado, analisamos 7 das 11 questões do questionário de BEZERRA, estando estas relacionadas às condições institucionais e de assalariamento dos terapeutas ocupacionais (tipo de vínculo empregatício, carga horária de trabalho semanal, faixa salarial, principais dificuldades/limitações no

cotidiano da prática profissional na instituição), à satisfação do profissional (satisfação com as condições de trabalho, sugestões de melhorias) e às implicações destas condições no exercício profissional (avaliação pessoal sobre as condições de trabalho e implicações no atendimento às necessidades que os usuários exigem da ação profissional).

Para a análise dos dados das questões fechadas foi utilizada a planilha de dados do Software Microsoft Excel e para as questões abertas a técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática com especificação de frequência, uma vez que nestas questões foi deixado o profissional discursar livremente a partir da pergunta temática realizada.

Partimos da compreensão de MINAYO (2000), que fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que formam uma comunicação cuja presença ou frequência tenham algum significado para o objetivo analítico. Dessa maneira, tradicionalmente, esse tipo de análise se encaminha para a contagem de frequência das unidades de significação como definidoras do caráter do discurso. A execução da análise temática ocorre em três etapas: *pré-análise* (escolha do material, retomada das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa e elaboração de indicadores que orientem a interpretação final), *exploração do material* (recorte do texto em unidades de registro - palavra, frase, tema -, escolha das regras de contagem e classificação e agregação dos dados), *tratamento dos resultados obtidos e interpretação* (submissão dos resultados a operações estatísticas simples ou complexas que permitem colocar em relevo as informações obtidas). Nesta última fase, o analista propõe inferências e realiza interpretações previstas no seu quadro teórico ou abre outras pistas em torno de dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material (MINAYO, 2000).

Tendo por base os procedimentos acima apresentados, realizamos a análise dos dados referentes aos terapeutas ocupacionais atuantes no “terceiro setor” no município.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados mostrou que a natureza dos vínculos empregatícios mantidos nas instituições do “terceiro setor” caracteriza-se pela predominância do vínculo do tipo “serviço prestado” (72%), seguido pelo tipo “celetista” (21%) e do tipo “contrato temporário” (7%). Esses dados indicam um nível bastante elevado de precarização das relações de trabalho, visto que o vínculo de “serviço prestado” não garante direitos trabalhistas assegurados pelas leis em vigência. Desse modo, nota-se que a refuncionalização do Estado no contexto neoliberal engendra um reordenamento no mercado de trabalho dos terapeutas ocupacionais, produzindo formas de contratação caracterizadas pela vinculação de trabalho não estáveis.

Em relação à carga horária de trabalho identificou-se que a grande maioria dos profissionais (79%) cumpre uma carga de 10 ou 20h semanais, enquanto que 21% realizam 30h de trabalho. Isso vem evidenciar a tendência de contratação em tempo parcial pelas instituições como estratégia de reduzir os salários.

Um dado alarmante foi detectado no que diz respeito à faixa salarial desses profissionais. Do total de entrevistados, 71% recebem entre 1 e 2 salários mínimos e 29% apenas 1 salário mínimo. Além disso, 29% dos profissionais afirmaram que a remuneração é modificada de acordo com a produtividade, ou seja, pelo número de usuários que atendem, não existindo um salário fixo.

Avaliamos que esses baixos níveis salariais são frutos dos processos de flexibilização ocorridos no mundo do trabalho na contemporaneidade. Esses processos passam a determinar uma política de emprego na qual as relações de trabalho são desregulamentadas, atingindo os trabalhadores de todas as esferas do mercado. Além disso, entendemos a possibilidade de modificação do salário de acordo com a produtividade como uma estratégia da instituição para explorar ainda

mais o trabalhador, na medida em que passa a ser do interesse do empregado trabalhar o mais intensamente possível para aumentar o seu salário, equivalendo-se ao que MARX *apud* CIPOLLA (2008) denominou de salário por peça. Apontamos que, como consequência, há uma queda na qualidade dos serviços prestados por esses profissionais, que muitas vezes irão priorizar a quantidade em detrimento da qualidade, um acirramento na competição entre os profissionais, bem como um maior desgaste profissional, já que nessa forma de remuneração está priorizado o esforço individual do trabalhador.

Todas essas condições efetivamente precárias de trabalho repercutem não só na materialidade, mas também na subjetividade do trabalhador (ANTUNES, 2007). Fato percebido no relato de 86% dos terapeutas ocupacionais participantes, que diziam não estar satisfeitos com suas atuais condições de trabalho. Quando questionados sobre as principais dificuldades no cotidiano da instituição e quanto aos aspectos que poderiam melhorar nas condições de trabalho, as respostas foram equivalentes, tendo sido relacionado as seguintes dificuldades e necessidades de melhoria, em ordem decrescente: recursos materiais, salário e vínculo empregatício, estrutura física, recursos humanos (sobrecarga de trabalho), dinâmica institucional e incompatibilidade entre os objetivos da instituição e do profissional.

Quanto à questão sobre as respostas ofertadas à população atendida, é evidente a necessidade de condições objetivas de trabalho favoráveis para contemplação de tal quesito. Contudo, esta não é a realidade do “terceiro setor” desvelada na pesquisa. Segundo os participantes, 69% afirmaram não atender às necessidades que os usuários exigem da sua ação profissional devido às péssimas condições de trabalho, 8% relataram atender algumas demandas e somente 23% afirmaram conseguir atender plenamente, através

da busca de outros meios para o alcance dos seus objetivos.

Os dados aqui apresentados vêm reafirmar o que a literatura crítica acerca do “terceiro setor” reflete, desmistificando a idéia de que este seria uma fonte alternativa de ocupação profissional frente ao desemprego, com um lugar de compensação à retração do Estado. Observa-se, porém, que de nenhuma forma o mercado aberto nessa esfera substitui o espaço perdido na órbita estatal, pois a precarização do trabalho no “terceiro setor” ganha contornos alarmantes, afetando não só o trabalhador, mas também os usuários dos serviços prestados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o “terceiro setor”, longe de estar à margem do mercado e do Estado, caracteriza-se como mais um fenômeno inserido e funcional às transformações da sociedade capitalista contemporânea, as quais ganham relevância na reestruturação produtiva e na reforma do Estado. Assim, ao inserir-se nesse espaço de atuação, fato crescente pela absorção de grande parte da força de trabalho dos terapeutas ocupacionais no “terceiro setor”, os profissionais são submetidos às repercussões de toda essa processualidade no cotidiano de sua prática profissional.

Conclui-se que por meio da execução das políticas sociais pelas instituições do “terceiro setor”, através das parcerias estabelecidas, institui-se no interior das condições de trabalho dos terapeutas ocupacionais de Maceió, AL, uma ampliação da precarização do trabalho em uma conjuntura atual de crise, materializada sob diferentes aspectos e que rebate negativamente nos profissionais e, conseqüentemente, nos usuários dos seus serviços.

Essas reflexões apontam a relevância da realização do debate desta problemática no interior da Terapia Ocupacional, com o intuito de despertar nos profissionais

a consciência sobre o meio no qual estão inseridos e desempenhando sua atuação profissional. Faz-se necessário uma maior investigação sobre o mercado de trabalho da profissão articulada à dinâmica dos processos sociais em curso na sociedade do capital, para que se tenha mais embasamentos para aprofundamento deste tema. Por fim, ressalta-se a importância da organização da categoria na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

AOYANA, A.L.F. *Estado, Terceiro Setor e Educação não formal: contextos e interfaces*. Disponível: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>. Acesso em: 12 abr 2008.

BEHRING, E.R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003a.

BEHRING, E.R. Contra Reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 1, n. 73, p.101-119. São Paulo: Cortez, 2003b.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BEZERRA, W.C. *O mercado de trabalho da Terapia Ocupacional em Maceió-AL no contexto contemporâneo de crise do capital*. 2008. 115 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, Maceió, AL, 2008.

BONIFÁCIO, J.G. *O debate “democratizador” do “terceiro setor”: esvaziamento do conteúdo político da democracia na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CAVALCANTI, S.A.U. Reforma do Estado e políticas sociais no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 68, p.34-52. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVICCHIOLI, G.S.; GOMES, V.F.E. *Crescimento do terceiro setor: conceitos e implicações*. Disponível: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>. Acesso em: 12 abr 2008.

CIPOLLA, F.P. Os limites da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. *Revista de Economia Política*, v. 27, p. 616-632, 2007.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”: Estado e “Terceiro Setor” em questão. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 59, p.47-79, São Paulo: Cortez 1999.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

YASBEK, M.C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 56, p.50-59, São Paulo: Cortez, 1998.